



ESTADO DO PIAUÍ
Município de Bonfim do Piauí
CNPJ – 41.522.210/0001-27

ADITIVO Nº 02 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024

A Prefeitura Municipal de Bonfim do Piauí - PI, através do seu Prefeito Municipal, e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas, em atenção às exigências previstas no art. 37, II, da Constituição Federal de 1988,

RESOLVE:

1º - Acrescentar ao item 7. DA PROVA OBJETIVA, conforme o que se segue:

7.1. A **Prova Objetiva (PO)** será composta de 40 (quarenta) questões objetivas de múltipla escolha com 05 (cinco) alternativas, representadas pelas letras (a, b, c, d, e), onde somente 01 (uma) estará correta, conforme discriminação a seguir:

*** NÍVEL MÉDIO**

Fiscal de Tributos

DISCIPLINA	Nº DE QUESTÕES	PESO	PONTOS
Português	10	1,0	10,0
Raciocínio Lógico	10	1,0	10,0
Conhecimentos Específicos	20	2,0	40,0
TOTAL	40		60,0

2º - Acrescentar ao ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO do Edital nº 01/2024, conforme o que se segue:

CONHECIMENTO ESPECÍFICO – MÉDIO

FISCAL DE TRIBUTOS: Organização Administrativa da União dos Estados e Municípios; Direitos e Deveres; Princípios Básicos individuais e coletivos previstos na CF/1988; Princípios Fundamentais; Direitos Sociais e Políticos; Atualidade: Política, Econômica e Social do Brasil. Taxas, Tributos, Impostos, Emolumentos, Fato Gerador; Isenção dos contribuintes; Responsabilidade tributária; Código Tributário Nacional; Constituição Federal. Noções básicas de contabilidade geral, Lei nº 6.404/76: fundamentos conceituais de contabilidade: conceito, objeto, finalidade, usuários e princípios contábeis. Patrimônio: conceito, elementos e equação patrimonial. Fundamentos conceituais de ativo, passivo, receita e despesa. Principais demonstrações financeiras. Conhecimentos específicos de contabilidade Pública, Lei 4.320/64: fundamentos legais e técnicos de contabilidade pública: conceito, objetivos, princípios, métodos de escrituração e sistemas de contas. Aspectos jurídicos e contábeis do patrimônio público: bens, direitos e obrigações (dívida fundada e fluante). Plano de contas: aspectos gerais e composição do plano de contas. Inventário: conceito, princípios, fases e avaliação dos elementos patrimoniais. Demonstrações contábeis - balanços: orçamentário, financeiro e patrimonial, e demonstração das variações patrimoniais. Instrumentos de planejamento e orçamentos: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. Orçamento público: conceito, princípios e conteúdo da proposta orçamentária. Classificações orçamentárias: classificação legal da receita e classificação legal da despesa - classificação institucional, funcional-programática e econômica. Créditos adicionais. Receita e despesa extra orçamentária. Execução orçamentária: fases da receita - previsão, lançamento, arrecadação e



ESTADO DO PIAUÍ
Município de Bonfim do Piauí
CNPJ – 41.522.210/0001-27

ADITIVO Nº 02 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024

recolhimento, e fases da despesa - programação, licitação, empenho, liquidação e pagamento. Restos a pagar. Aspectos legais da gestão fiscal, conforme preceitos da Lei Complementar n° 101/2000, relativos a: lei de diretrizes orçamentárias, lei orçamentária anual, programação financeira, metas de resultados nominal e primário, gestão da receita, gestão da despesa, gestão patrimonial, escrituração e consolidação das contas. Licitações - Lei n° 8.666/93: objetivos, objeto, princípios, modalidades, condições e critérios para habilitação e julgamento, tipos de licitação e sanções. Controle da administração pública: controle interno e controle externo. Lei n° 8.429/92, Decreto - Lei 201/67, Ética profissional.

FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA: Notificação das doenças. Higiene, profilaxia e política sanitária. Promoção da saúde e prevenção de doenças. Conceitos e aplicação do processo saúde/doença. Condições sanitárias de alimentos, equipamentos, instalações e ambientes. Asseio e saúde dos que manipulam alimentos. Epidemia, endemia e pandemia. Orientações e combate a doenças contemporâneas. Educação e saúde. Lixo: separação, reciclagem, destino e prevenção. Diretrizes e princípios do SUS. Saneamento comunitário. Organização de comunidades. Participação popular e controle social. Lei nº 9.782/99 – Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências. Código Sanitário do Estado do Piauí, Serviço de Vigilância Epidemiológica controle de Zoonoses e da saúde do trabalhador.

3º - Manter as demais normas já estabelecidas.

4º - Revogar todas as disposições em contrários.

Bonfim do Piauí (PI), 22 de janeiro de 2024.

Paulo Henrique Viana Pindaíba
Prefeito Municipal

Id:167C41E119BED680



ESTADO DO PIAUÍ
Município de Bonfim do Piauí
CNPJ – 41.522.210/0001-27

ADITIVO Nº 02 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024

A Prefeitura Municipal de Bonfim do Piauí - PI, através de seu Prefeito Municipal, e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas, em atenção às exigências previstas no art. 37, II, da Constituição Federal de 1988,

RESOLVE:

1º - Acrescentar ao item 7. DA PROVA OBJETIVA, conforme o que se segue:

7.1. A Prova Objetiva (PO) será composta de 40 (quarenta) questões objetivas de múltipla escolha com 05 (cinco) alternativas, representadas pelas letras (a, b, c, d, e), onde somente 01 (uma) estará correta, conforme discriminação a seguir:

*** NÍVEL MÉDIO**

Fiscal de Tributos

DISCIPLINA	Nº DE QUESTÕES	PESO	PONTOS
Português	10	1,0	10,0
Raciocínio Lógico	10	1,0	10,0
Conhecimentos Específicos	20	2,0	40,0
TOTAL	40		60,0

2º - Acrescentar ao ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO do Edital nº 01/2024, conforme o que se segue:

CONHECIMENTO ESPECÍFICO - MÉDIO

FISCAL DE TRIBUTOS: Organização Administrativa da União dos Estados e Municípios; Direitos e Deveres; Princípios Básicos individuais e coletivos previstos na CF/1988; Princípios Fundamentais; Direitos Sociais e Políticos; Atualidade: Política, Econômica e Social do Brasil. Taxas, Tributos, Impostos, Emolumentos, Fato Gerador; Isenção dos contribuintes; Responsabilidade tributária; Código Tributário Nacional; Constituição Federal. Noções básicas de contabilidade geral, Lei nº 6.404/76; fundamentos conceituais de contabilidade: conceito, objeto, finalidade, usuários e princípios contábeis. Patrimônio: conceito, elementos e equação patrimonial. Fundamentos conceituais de ativo, passivo, receita e despesa. Principais demonstrações financeiras. Conhecimentos específicos de contabilidade Pública, Lei 4.320/64: fundamentos legais e técnicos de contabilidade pública: conceito, objetivos, princípios, métodos de escrituração e sistemas de contas. Aspectos jurídicos e contábeis do patrimônio público: bens, direitos e obrigações (dívida fundada e fluente). Plano de contas: aspectos gerais e composição do plano de contas. Inventário: conceito, princípios, fases e avaliação dos elementos patrimoniais. Demonstrações contábeis - balanços: orçamentário, financeiro e patrimonial, e demonstração das variações patrimoniais. Instrumentos de planejamento e orçamentos: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. Orçamento público: conceito, princípios e conteúdo da proposta orçamentária. Classificações orçamentárias: classificação legal da receita e classificação legal da despesa - classificação institucional, funcional-programática e econômica. Créditos adicionais. Receita e despesa extra orçamentária. Execução orçamentária: fases da receita - previsão, lançamento, arrecadação e

1



ESTADO DO PIAUÍ
Município de Bonfim do Piauí
CNPJ – 41.522.210/0001-27

ADITIVO Nº 02 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024

recolhimento, e fases da despesa - programação, licitação, empenho, liquidação e pagamento. Restos a pagar. Aspectos legais da gestão fiscal, conforme preceitos da Lei Complementar nº 101/2000, relativos a: lei de diretrizes orçamentárias, lei orçamentária anual, programação financeira, metas de resultados nominal e primário, gestão da receita, gestão da despesa, gestão patrimonial, escrituração e consolidação das contas. Licitações - Lei nº 8.666/93: objetivos, objeto, princípios, modalidades, condições e critérios para habilitação e julgamento, tipos de licitação e sanções. Controle da administração pública: controle interno e controle externo. Lei nº 8.429/92, Decreto - Lei 201/67, Ética profissional.

FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA: Notificação das doenças. Higiene, profilaxia e política sanitária. Promoção da saúde e prevenção de doenças. Conceitos e aplicação do processo saúde/doença. Condições sanitárias de alimentos, equipamentos, instalações e ambientes. Asseio e saúde dos que manipulam alimentos. Epidemia, endemia e pandemia. Orientações e combate a doenças contemporâneas. Educação e saúde. Lixo: separação, reciclagem, destino e prevenção. Diretrizes e princípios do SUS. Saneamento comunitário. Organização de comunidades. Participação popular e controle social. Lei nº 9.782/99 - Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências. Código Sanitário do Estado do Piauí, Serviço de Vigilância Epidemiológica controle de Zoonoses e da saúde do trabalhador.

3º - Manter as demais normas já estabelecidas.

4º - Revogar todas as disposições em contrários.

Bonfim do Piauí (PI), 22 de janeiro de 2024.

Paulo Henrique Viana Pindalba
Prefeito Municipal

2

Id:05D5003CB746DB52



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
ASSUNÇÃO DO PIAUÍ
ASSUNÇÃO NO RUMO CERTO



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 80/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2022

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01 DP 30/2022

TERMO ADITIVO DE VIGÊNCIA AO CONTRATO Nº 01 DP 30/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE ASSUNÇÃO DO PIAUÍ-PI E O SR. WENDERSON HENRIQUE PEREIRA DA COSTA - CPF Nº 062.158.843-16, NA FORMA E CONDIÇÕES ABAIXO DESCRITAS.

MUNICÍPIO DE ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 01.612.561/0001-04, com sede Praça Firmino Alves, sem número, Centro, CEP: 64.333-000, Assunção do Piauí/PI, representado neste ato pelo Sr. **Antonio Cristian Oliveira Lima**, Tesoureiro Geral, portador da RG: 2005014097127 SSP/CE, e CPF 038.124.493-82, residente e domiciliado na Rua Picos, 369, Bairro Rodoviária, nesta cidade e, de outro lado, o Sr. **WENDERSON HENRIQUE PEREIRA DA COSTA**, brasileiro, engenheiro, com endereço profissional na Quadra C - Casa 08, Bairro Francisco Marreiros, CEP 64.080-010, na cidade de Teresina, Estado do Piauí, portador da RG: 3.719.094/SSP - PI e CPF: 062.158.843-16, residente na cidade de TERESINA - PI, doravante designada CONTRATADA, tendo em vista o que consta na Dispensa de Licitação nº 30/2022, tem, entre si, ajustado o **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01 DP 30/2021**, cujo objeto é: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA (ENGENHEIRO) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TÉCNICA, FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS E CONVÊNIO, NO MUNICÍPIO DE ASSUNÇÃO DO PIAUÍ, DURANTE O ANO DE 2023**, regulado pelos preceitos de direito público, especialmente pela Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 01 DP 30/2022, tem por objeto a alteração da CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA.

O presente contrato entrará em vigor na data de publicação no Diário Oficial dos Municípios e vigorará por 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo Aditivo é de 12 (doze) meses, contados a partir de 01 de dezembro de 2023, podendo ser prorrogado por interesse da administração.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE
ASSUNÇÃO DO PIAUÍ
ASSUNÇÃO NO RUMO CERTO



CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas e condições ajustadas no instrumento ora aditado permanecem inalteradas, desde que compatíveis, sendo ratificadas neste ato pelos contratantes.

CLÁUSULA QUARTA

Este Termo Aditivo, celebrado com fundamento a Lei nº 14.133/2021.

E por estarem as partes justas e acordadas, depois de lido e achado conforme, o presente Termo Aditivo foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e assinado pelas mesmas, CONTRATANTE e CONTRATADA, bem como pelas testemunhas abaixo qualificadas.

Assunção do Piauí (PI), 30 de dezembro de 2023.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE ASSUNÇÃO DO PIAUÍ/PI

CNPJ: 01.612.561/0001-04

CONTRATANTE

Antonio Cristian Oliveira Lima
Tesoureiro Geral

CONTRATADA

WENDERSON HENRIQUE PEREIRA DA COSTA

ENGENHEIRO

CPF Nº 062.158.843-16

TESTEMUNHAS:

1 _____
CPF nº _____

TESTEMUNHAS:

2 _____
CPF nº _____